

Nº 25 - Agosto 2000

Sede - Telefone (351) 21 324 11 00 - Fax 21 324 11 01

Editorial

A

s dificuldades do foro legal que fazem tardar a criação "de facto" da Associação dos Arquitectos de Moçambique ou simplesmente «Arquitrave», e a sobrecarga dos trabalhos de reconstrução do país decorrentes das cheias que assolaram o território, implicaram o adiamento do 8.º Encontro CIALP de Maputo para o primeiro trimestre do próximo ano. No entanto, este inesperado atraso não anulou a grande vitalidade que se anuncia através da vontade dos colegas eleitos para os corpos sociais da nova Associação.

Bem importante foi igualmente em Moçambique a recente cimeira da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa -, de que o CIALP é precursor, aguardando-se aliás com justificada expectativa uma colaboração mútua mais efectiva.

Tal expectativa é reforçada, ainda, por a nova Secretária Executiva da Comunidade ser a arquitecta brasileira Dulce Maria Pereira, profunda conhecedora da importância de tudo quanto tenha a ver com a «área do edificado» nas relações dos países de língua portuguesa. Aguarda-se pois a sua próxima instalação em Lisboa para um contacto formal com a Junta Directiva do CIALP.

Também aqui convém congratularmo-nos com a recente criação no passado dia 1 de Julho da Ordem dos Arquitectos Caboverdianos, esperando naturalmente que possa ser a sede de um apoio, reflexão e estudo no domínio da área profissional dos arquitectos. Ficam assim para trás os tempos para a, importante à altura, Associação dos Arquitectos e Engenheiros Caboverdianos, sendo claro com esta alteração o significado do trabalho profissional para o desenvolvimento do país,

que a classe dos arquitectos vem demonstrando. O Colega Pedro Delgado, vice-presidente da Direcção Nacional faz sobre o assunto um pequeno artigo neste Boletim.

No Brasil também foi agora eleita, para o biénio 2000/2002, a nova Direcção Nacional do IAB - Instituto dos Arquitectos do Brasil - esperando-se firmemente que seja reatado o seu apoio empenhado ao CIALP, que levou no passado este país a assumir a Presidência deste Conselho Internacional, através do Colega João Honório de Mello Filho.

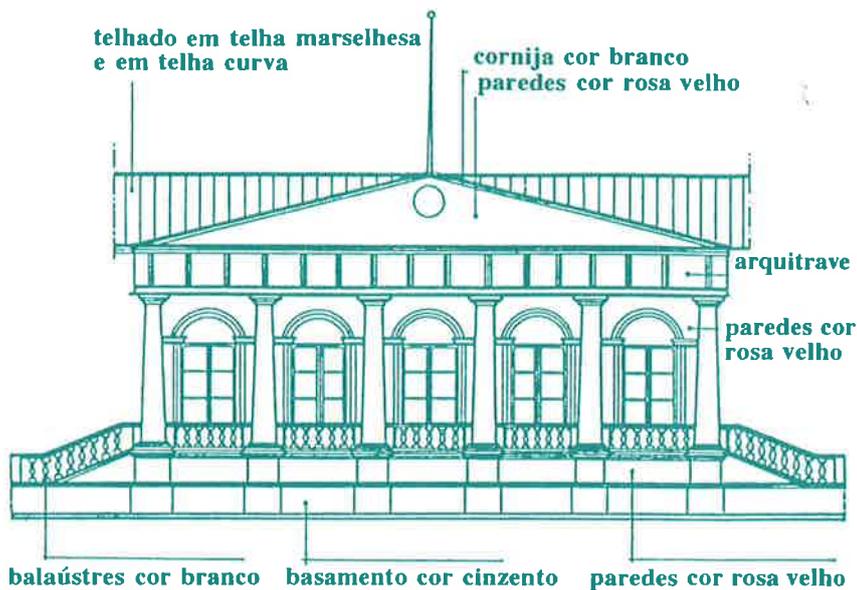
Em Portugal aguarda-se a realização, no próximo mês de Outubro, do 1.º Congresso da OA - Ordem dos Arquitectos - e 9.º dos Arquitectos Portugueses, subordinado ao tema «Humanizar a Cidade e o Território - o papel da arquitectura e a intervenção do arquitecto», esperando-se um debate franco e aberto sobre a clarificação dos deveres e dos direitos dos profissionais, das responsabilidades a assumir pela OA na concretização de uma política pública de arquitectura, assim como da discussão das políticas públicas que deverão ser desenvolvidas pelo Parlamento, Governo e Municípios. Prevê-se igualmente uma reflexão sobre o espaço lusófono e a cooperação no domínio da arquitectura, tema naturalmente caro para o CIALP e sobre o qual se aguarda um produtivo confronto de ideias.

As várias instituições nacionais, representantes dos arquitectos de língua portuguesa, estão pois num percurso de saudável dinâmica, aguardando-se naturalmente com expectativa as repercussões de tal dinâmica no espaço edificado, terreno privilegiado de actuação de todos nós arquitectos.

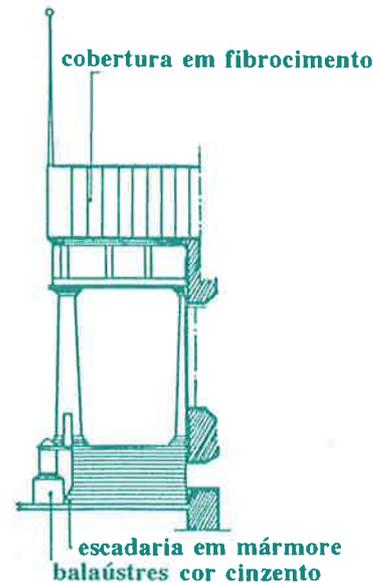
José Silva Carvalho, arquitecto
Presidente do CIALP

ARQUITECTURA LUSÓFONA

Peristilo alçado principal



Peristilo alçado lateral



Pormenor da Prancha 8-6 (Apêndice) in Projecto de recuperação do hospital «Josina Machel» de Luanda, Universidade Agostinho Neto de Luanda, Faculdade de Engenharia, Departamento de Arquitectura, 1996.

Estava eu, num destes dias, numa conferência que tinha como tema “Existirá uma Arquitectura Lusófona?”

O convite havia-me sido endereçado pelo meu amigo Arquitecto Carlos Alho. Atendendo à actualidade e importância do tema em questão, achei que seria interessante participar.

A abordagem deu-me a possibilidade de ouvir algumas das opiniões, aprender, alias como sempre é possível fazê-lo em situações análogas, e intervir com o que considero que devam constituir preocupações de todos nós, técnicos e especialistas desta magnífica profissão, que é a arquitectura, onde o desafio constante da descoberta da forma e das suas múltiplas expressões nos confere o privilégio do estímulo à inovação, e da procura de uma forma nova de estar, e de pensar o espaço e o mundo.

Em que medida poderá a cultura interferir na noção que se tem da organização do espaço?

Como se colocam em termos de arquitectura as questões que se prendem com as identidades regionais?

Construir ou pensar arquitectura em Moçambique, será o mesmo que pensá-lo em Angola ou em Portugal?

Não obstante a proximidade de valores e elementos comuns de cultura, que resultam de uma vivência secular, a identidade de cada uma das Nações interfere, de uma maneira específica, conduzindo a formas de abordagem muito personalizadas.

O Brasil, rapidamente se libertou de alguns factores condicionadores, os quais tinham a ver com a sua condição de país colonizado, criando uma atitude nova do exercício conceptual, onde as questões da cultura, dos factores regionais, da in-

contornável mestiçagem das gentes, deram lugar a uma arquitectura própria, forte, profundamente enraizada e com uma enorme integração ambiental e que é espelho da multifacetada expressão da sua identidade.

Paradoxalmente, no caso dos países africanos de língua oficial portuguesa, como é o caso de Angola, que destaco por razões óbvias, a situação assume contornos diferentes.

Estamos naturalmente a falar de novas nações, como o são Moçambique, Cabo-Verde, São-Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

Daí que o entendimento do que poderia ser a sua contribuição, a melhor percepção da globalidade do conceito da arquitectura lusófona, passe pelo tempo que é preciso conceder, e pelo repensar do processo de formação dos seus profissionais, o qual não se deve limitar somente ao desenho criativo, mas incidir acima de tudo na investigação, de maneira a perceber o desenho da habitação tradicional e o que dele é possível retirar para forjar uma nova linguagem da forma e da organização do espaço.

Esta investigação deve basear a sua acção no estudo e na observância das particularidades da habitação tradicional, como o recurso à existência permanente da arborização na proximidade da habitação, a extensão do beiral da casa de adobe, a escolha e aplicação dos materiais, o grande sombreamento envolvente da construção; enfim, aspectos que traduzem uma certa maneira de estar e de entender a habitação e a sua relação com a natureza.

É minha convicção que o estudo desenvolvido destas matérias, e o recurso às conquistas tecnológicas disponíveis, resultantes do estudo aprofun-

dado dos materiais, aliado a uma formação dirigida no sentido do cruzamento perfeito, entre a habilidade e a investigação, a cultura e a identidade, conduzir-nos-á, seguramente, ao surgimento de uma arquitectura própria, e que se constitua ela mesma, numa contribuição efectiva, ao enriquecimento deste importante conceito que é o da arquitectura lusófona.

Causas das nossas insuficiências?

A razão está no que constituem, em primeiro lugar, os factores já enunciados.

Mas também no facto da maior parte dos novos Países não se haverem ainda libertado das marcas recentes de um processo de colonização cujos elementos figurativos, ao nível das artes e da sua própria cultura, se mantêm vivos a cada esquina, com o consequente distanciamento das origens, em muitos dos casos por desconhecimento da realidade objectiva.

Jogam papel determinante a forma fatalista de entender a vida e a consequente ausência de fantasia, mutilada provavelmente pela longa trajectória de guerra; enfim, num conjunto de atitudes de uma geração, provavelmente a última forjada sob os efeitos de um fenómeno social tão marcante como o foi a colonização portuguesa, as quais actuam como elementos, às vezes, bloqueadores da percepção e do entendimento das novas realidades.

A história e a cultura dos povos não se refazem com a facilidade com que se elaboram decretos.

Elas constroem-se, instalam-se e consolidam-

—se, através de estruturas mentais e que se reflectem na forma como cada um de nós se expressa, se relaciona, se assume nas mais diferentes formas, sejam elas no desenho, nas atitudes, nos sistemas e interpretação dos fenómenos, e que constituem a nossa identidade.

É necessário investir no homem como elemento fundamental, reformular o pensamento actual, investir numa nova filosofia de interpretação da cidade, fazer intervir a cultura como ponto de partida para uma melhor interpretação do acto conceptual e projectual da cidade, produzindo habitações onde o resultado final seja a tradução viva do que dizia Frank Lloyd Wright:

«a beleza está na relação da forma com a função».

Finalmente, a necessidade de se produzir uma arquitectura integrada que, ao invés de se opor à natureza, nela intervenha de forma partilhada, na construção de uma nova visão do que deve ser, na habitação, uma combinação notável entre as tecnologias e sensibilidades, resultantes da mestiçagem que são as nossas culturas.

Enfim, questões da arquitectura que durante muito tempo serão objecto de reflexões várias, naturalmente a bem da arte e do enriquecimento da definição do que é a arquitectura de uma maneira global e do que poderá vir a ser entendido como arquitectura lusófona. Em particular, na expectativa da consolidação das arquitecturas dos novos Estados Africanos de língua oficial portuguesa.

André Mingas, arquitecto (Angola)

O RETORNO DO DRAGÃO

Dada a sua oportunidade e similitude com algumas preocupações e projectos do Boletim CIALP, transcreve-se o editorial do último número do Jornal da Associação dos Arquitectos de Macau, da autoria do Colega Mário Filipe Neves, membro dos Corpos Sociais da AAM e Delegado desta Associação ao CIALP.

Um Jornal de Arquitectura deve sempre ter um objectivo cultural específico e não só divertimento. Deve ser uma forma de promover a arquitectura e os arquitectos (não limitado aos simples aspectos da visualização dos seus trabalhos) e ajudar na educação e modelo de uma consciência crítica, mesmo prática ou teórica.

Seguido o período de formação da nova Região Especial Administrativa de Macau, esta primeira edição do milénio do Jornal da Associação dos Arquitectos de Macau dá as boas vindas a todos e deseja prosperidade e boa fortuna sobre o predominância do Dragão Chinês.

Esta nova edição e o seu novo look são, apesar de tudo, a cara de um projecto de continuidade com um objectivo pré-definido que estabelecerá e melhorará no futuro. No entanto é necessário lembrar os primeiros passos deste jornal:

O primeiro Jornal da Associação dos Arquitectos de Macau resultou das circunstâncias correntes. Por um lado, depois da criação da Associação dos Arquitectos de Macau, sentiu-se uma enorme necessidade das nossas notícias circularem no nosso meio e por outro lado, havia já um grupo de arquitectos com um

projecto. Eu acredito que estes arquitectos seguiam uma ideia comum: a necessidade de combater a aversão ao progresso e a apatia que coexistia no seio dos debates críticos da arquitectura (que não é um fenómeno local); de combater a ineficiência de alguns agentes responsáveis por guiar ou gerir a arquitectura e os arquitectos; a necessidade de promover o diálogo sobre edições actuais do interesse dos arquitectos, assim como àqueles que se sentem atraídos por esta forma de expressão estética.

O interesse e curiosidade geral pela arquitectura está a aumentar cada vez mais. Macau tem um número razoável de arquitectos que têm e continuam a produzir trabalhos inflexíveis e de boa qualidade, a maior parte não são ainda conhecidos nem foram publicados.

Dar voz a todos, promover o debate, a troca de ideias e →



Vista parcial de Macau à data da transmissão de poderes

→ as diferentes tendências é o nosso objectivo, e uma das aspirações deste jornal.

Mas, seguirá outros créditos importantes ligados com a prática profissional, como as questões metodológicas; as questões construtivas e teóricas; as biografias de trabalhos publicados ou autores, etc. E especular sobre tópicos actuais (como a regulamentação das construções e edifícios) divulgando-os aos leitores.

Votos! As contribuições ao Jornal da Associação dos Arquitectos de Macau são sempre bem vindas e devem ser permanentes, especialmente no futuro onde as mudanças e os novos desafios são esperados em Macau. Os colaboradores deste Jornal (alguns pertencentes ao corpo do editorial) são todos profissionais de grande mérito, tecnicamente e intelectualmente e não menosprezam a confrontação de ideias. De-

sejamos sinceramente que os nossos potenciais leitores tirem vantagens do nosso jornal, agora como antes, tirando partido do espaço e da oportunidade que a Associação dos Arquitectos de Macau coloca ao seu dispor, com o intuito de melhor contribuir para este projecto de continuidade que está esperançosamente a dar os primeiros passos no novo milénio.

Mário Filipe Neves, arquitecto
Delegado da AAM (Macau) ao CIALP

CABO VERDE: JÁ COM ORDEM DOS ARQUITECTOS

Realizou-se no passado dia 1 de Julho, na cidade da Praia, a eleição dos Órgãos Sociais da OAC - Ordem dos Arquitectos Caboverdeanos - para o triénio 2000/2002.

Contou com um número de 38 arquitectos inscritos num universo potencial de 58 a nível nacional.

No momento das eleições a Assembleia contou com a presença de um número de 26 votos (sendo 22 a favor e 2 contra).

Estes resultados foram cruciais para os órgãos eleitos e corresponderam às expectativas de imprimir uma maior coerência na promoção da arquitectura e na defesa da classe.

É de relevante importância transcrever alguns pon-

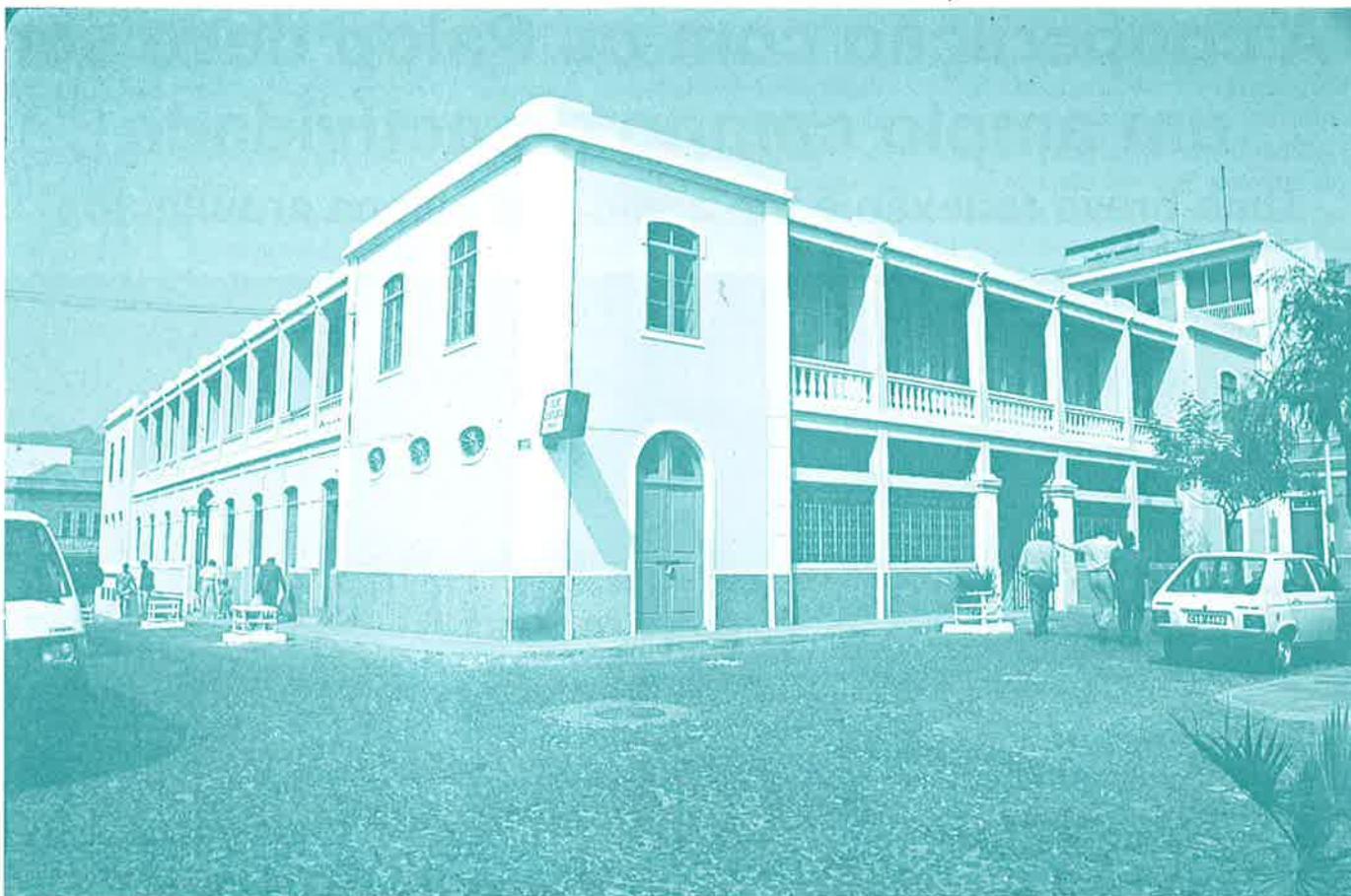
tos da candidatura aos órgãos sociais:

«...que a OAC seja um espaço ideal para a manifestação de um pluralismo que se quer e se deseja, mas também o fórum ideal para o exercício do equilíbrio, do respeito e para o resgate da dignidade do arquitecto enquanto interventor marcante do espaço.»

«...conduzir os destinos da OAC sob o primado dos princípios deontológicos e de ética próprios de uma unidade coesa, coerente e que objectiva a eficácia.»

Finalmente, deseja-se em colaboração de todos os colegas um "Crer e Querer Trabalhar".

Porém, esse dia ficou na história, não apenas como dia Mundial da Arquitectura, como também dia dos arquitectos cabo-verdianos.



Antigo Mercado do Mindelo após as obras de reabilitação de 1993, Cabo Verde

PROGRAMA

• Instalação

Sede A base da nova coesão profissional

• Organização

Admissão

Inscrição

Estruturas e atribuições

Recursos materiais e humanos

• Serviços

Promover a consultoria profissional

Criar uma rede de informações/base de dados

Promover e apoiar a obtenção de seguro de responsabilidade, de reforma e de saúde

Promover cursos de aperfeiçoamento técnico

• Campos de Acção

Regulamentação da profissão

Promoção do concurso público como meio de atribuição da encomenda pública

Apoio ao "profissionalismo" adequado à qualidade de prestação de serviços

Responsabilidades/Qualificações

Apoio e assistência ao exercício na periferia

• Actividade Cultural

Criação de uma folha de divulgação

Criação de um prémio anual de arquitectura

Promoção de exposições nacionais

Promoção de debates, colóquios e encontros

Promoção e incentivo à publicação de obras de arquitectura e urbanismo

• Relações Institucionais

Promover a articulação com o governo, autarquias, associações de municípios e outras instituições de carácter cultural, associativo e de classe

• Relações Externas

Promover encontros com colégios, associações e ordens de arquitectos estrangeiras

Reforçar a colaboração e participação com o CIALP e organizações congéneres estrangeiras

LISTA

É uma lista que tem por base a apetência para a função de uma abrangência territorial, a participação de diferentes gerações desde que imbuídas dos mesmos princípios éticos, deontológicos e objectivos práticos. Posteriormente serão fornecidos os elementos dos outros órgãos.

Mesa da Assembleia

Presidente	Pedro Gregório Lopes
Vice-Presidente	Adelino Santos
Secretário	Angelo

Presidência

Presidente	Emanuel João F. Vieira
Vice-Presidente	Pedro Manuel Delgado
Tesoureira	Lúcia de Pina
Secretário	Carlos Évora

Conselho Fiscal

Conselho Jurisdicional

Comissão de Admissão e Qualificação

Comissão Cultural

Pedro Delgado, arquitecto (Cabo Verde)
Vice-Presidente da OAC

A cooperação com os Palop deve ser um amplo campo de actividade

Uma breve reflexão e um apelo aos jovens arquitectos



7.ª Assembleia Geral do CIALP, Macau, Junho 1999

1. Breve diagnóstico

Em quatro dos seis países (territórios) que até há alguns anos foram colónias portuguesas o património urbano é deficiente, está degradado ou destruído por guerras e catástrofes. Estes países (territórios) - Moçambique, Angola, Guiné e Timor - têm em conjunto uma extensão quase equivalente à da Europa (sem a Rússia). Portugal tem com eles relações afectivas, culturais e uma língua comum. Portugal tem cerca de 8 000 arquitectos e cerca de 8 000 estudantes de arquitectura enquanto estes países (territórios) têm pouco mais de 200 arquitectos nacionais.

A participação de arquitectos portugueses nestes países (territórios) é escassa face à escala do que está a ser feito neles e mesmo muito escassa face ao que deveria ser feito em tão grandes espaços tão sub-infrastru-

turados. São seguramente muito mais os arquitectos de outros países os envolvidos em acções de cooperação e no fornecimento de serviços. Aos quatro países (territórios) acima referidos há a acrescentar mais dois países - São Tomé e Príncipe e Cabo Verde - mas tal não altera muito o panorama descrito e, no que se refere à cooperação, talvez até o agravem.

Há um pequeno número de arquitectos portugueses a trabalhar nos Palop mas geralmente fazem-no no âmbito da venda de serviços de grandes empresas portuguesas ou estrangeiras ou, pontualmente, por conhecimentos pessoais com dirigentes desses países. Portanto, tanto num caso como no outro, a sua intervenção traduz-se em acções marginais à cooperação, ainda que úteis àqueles países, e em acções isoladas sem qual-

quer articulação ou enquadramento. Por esta razão a acção de arquitectos portugueses ao nível da cooperação portuguesa deve ser quase nula trabalhando no habitat urbano, domínio onde países como a França e a Itália actuam mais fortemente. Existem dois cursos de arquitectura nos Palop em que a articulação com universidades portuguesas é quase nula e onde surgem professores dos dois países acima referidos além de outros países como é o caso da Europa de Leste e da Ásia.

2. Conclusão do diagnóstico

A conclusão geral que se retira da quase ausência de cooperação portuguesa, no que se refere a esta área da arquitectura / urbanismo, assenta em quatro razões principais:

a) há pouco investimento português em programas e

dinheiro nos Palop nesta área do habitat urbano;

b) é reduzido o financiamento e a promoção por parte da cooperação portuguesa na mesma área temática;

c) há pouca mobilização de arquitectos portugueses para criar uma procura e uma apetência por este tema, nomeadamente neste clima adverso em programas e meios disponíveis como atrás se referiu;

d) muitas das necessidades dos Palop e da sua capacidade de receber cooperação nesta área temática é satisfeita por outros países, nomeadamente europeus, que mobilizam para ela financiamentos significativos para projectos, planos e obras, para estágios e bolsas, para mobilização ao nível do serviço cívico comparativamente com o que aconteceu em Portugal.

3. Proposta

Ao abrigo de uma visão estratégica de longo prazo interessante à posição portuguesa e útil aos Palop alguma coisa deve mudar no panorama acima referido; mudanças na cultura institucional da cooperação e nas atitudes dos arquitectos portugueses, jovens e não só.

Como se pode deduzir das constatações iniciais a este texto há um amplo campo de actividade em potencial para os arquitectos, seja em projecto ou em planeamento, na construção, na formação, nos programas de intervenção sobre o habitat, etc., em colaboração com os arquitectos destes países. É um campo de trabalho que exige alguma responsabilidade e maturidade dadas as exigências apertadas

da economia e da adequação contextual complexa, mas também onde existe uma significativa liberdade de intervenção sem muitas das restrições técnicas e culturais da civilização e das instituições europeias.

Tenho-me, por vezes, queixado junto dos responsáveis de entidade públicas portuguesas, nomeadamente ligadas à cooperação sobre as dificuldades em obter apoios nestes temas do habitat urbano. Tenho também recebido a indicação junto de outros responsáveis da queixa contrária, no sentido de haver dinheiro, nomeadamente dinheiro público, que não consegue aplicação porque não aparecem projectos concretos e bem fundamentados de cooperação. Por esta razão, hoje, apela-se a um despertar entre os jovens arquitectos portugueses, primeiro de disponibilidade, depois de iniciativa.

O CIALP é uma estrutura muito ampla em intervenções e de escala mundial, que não pode por isso entrar no enquadramento de projectos e iniciativas individuais e de cooperação bi-lateral; no entanto, pode e deve num primeiro momento acolher um movimento de iniciativas que desponte até que o seu significado leve a uma outra estrutura institucional, como existe em outros países, nomeadamente em Espanha, de enquadramento de arquitectos e urbanistas portugueses e de projectos e de programas na área do habitat urbano ligada à cooperação em geral e com os Palop em particular.

Finalmente chamo a atenção para um factor decisivo que é

também um obstáculo difícil de ultrapassar nas fases iniciais de uma cooperação bi-lateral. Trata-se da necessidade de apresentar programas e projectos à cooperação em que estejam envolvidos não só arquitectos, urbanistas e entidades promotoras de iniciativas portuguesas mas também colegas e entidades congéneres parceiras ou receptoras interessadas dos países destinatários da cooperação. É uma condição que parece fácil mas não o é; necessita de iniciativas preliminares de pré-projectos, ou de pré-programas e de investimentos preliminares que não são fáceis de implementar, aquelas iniciativas, ou de obter, estes investimentos.

4. Conclusão

Faz-se assim um apelo a todos os arquitectos no âmbito do CIALP, mas mais particularmente portugueses, independentemente da sua idade (embora antes tenha apelado mais aos jovens), que já tiveram alguma experiência de cooperação ou de prestação de serviços na relação entre Portugal e os Palop e que desejem manter contactos, renovar experiências, tomar iniciativas, participar em iniciativas globais de cooperação, etc., para que me contactem. Se não tiverem qualquer experiência o seu contacto é igualmente bem-vindo, ou ainda, mais bem-vindo.

Pretendo realizar uma reunião de análise e debate com esses colegas sobre este tema e lançamento de iniciativas de cooperação e prestação de serviços.

António Reis Cabrita, arquitecto
Vice-Presidente da OA e Delegado
da OA (Portugal) ao CIALP

CONGRESSO

9.º Congresso dos Arquitectos Portugueses || 1.º Congresso da Ordem dos Arquitectos

ÉVORA, 26 A 29 DE OUTUBRO DE 2000

HUMANIZAR A CIDADE E O TERRITÓRIO

O Papel da Arquitectura • A Intervenção do Arquitecto

Informações: CDN da Ordem dos Arquitectos, Travessa do Carvalho 23, 1249-003 Lisboa. Tel.: 351 21 3241100 Fax: 351 21 3241101

ELEIÇÕES NA DIRECÇÃO NACIONAL DO IAB

O Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, em sua 109.ª Reunião, realizada em Maio passado, elegeu a nova Direcção Nacional do IAB e aprovou o plano de trabalho proposto para o período 2000/2002.

A Direcção do IAB ficou, então, assim constituída:

- **Presidente** Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz
- **Vice Presidente** José Eduardo de C. Bicudo Tibiriçá
- **Secretário Geral** Aleixo Anderson de Souza Furtado
- **Director Administrativo** Otto Toledo Ribas
- **Director Financeiro** José Roberto Silva De Domênico
- **Director Cultural** Sérgio Roberto Parada

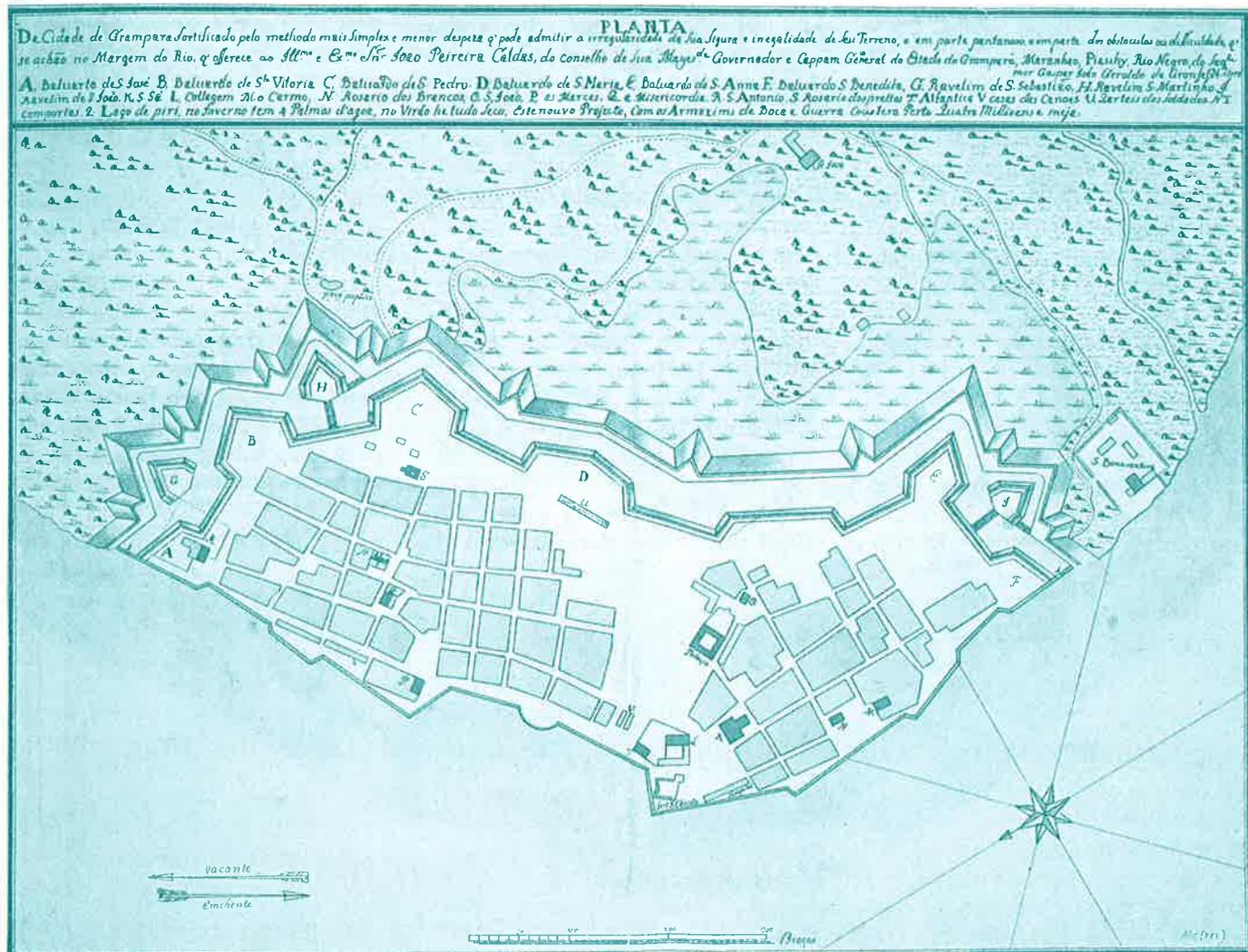
- **Vice Presidente Região NE** Vital M. Tavares Pessôa de Melo
- **Vice Presidente Região N** Antonio Roberto Moita Machado
- **Vice Presidente Região S** Jaime Amaral Maia.

O novo endereço do IAB é:

Instituto de Arquitetos do Brasil - Direcção Nacional SCS, Q. 02, Bloco "D", Ed. Oscar Niemeyer, sala 206 70316-900. Brasília, DF - Brasil

Na oportunidade desta comunicação, reiteramos o interesse do IAB em participar com maior intensidade e aproximação das actividades do CIALP, intenção já manifestada no encontro de Macau, em 1999, quando lá estiveram o então Presidente do IAB, Arquitecto Carlos Fayet, e o representante do IAB no CIALP, Arquitecto Luiz Antonio de Souza.

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, arquitecto
Presidente do IAB e Delegado do IAB (Brasil) ao CIALP



Planta da Cidade de Grão-Pará de Gaspar João Geraldo Grönsfeld, 1773, in Mapa: imagens da formação territorial brasileira, Fundação Emilio Odebrecht, Brasil, 1993, p.109.